

# ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Praia de Botafogo, 300 - 11º andar - parte  
Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

CNPJ Nº 07.668.258/0001-00

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Rio de Janeiro, 02 de março de 2012.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	2011	2010	Passivo e patrimônio líquido	2011	2010
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	21.743	21.434	Circulante		
Contas a receber de clientes	5.565	6.059	Fornecedores	111	108
Dividendos a receber (Nota 8 (ii))	7.762		Tributos a pagar	20	14
Tributos a recuperar	1.321	1.152		131	122
Despesas antecipadas	1.486	3.739			
	<u>37.877</u>	<u>32.384</u>	<b>Passivos relacionados a ativos não circulantes</b>		
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 6)	330.159	26.195	mantidos para venda (Nota 6 (b))	225.273	
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo			Sociedades da Organização Odebrecht (Nota 7)	30.000	
Sociedades da Organização Odebrecht (Nota 7)	122.138	286.303		30.000	
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 2.9)	34.869	15.200			
Outros ativos	250		<b>Patrimônio líquido (Nota 9)</b>		
	<u>157.257</u>	<u>301.503</u>	Capital social	877.600	797.563
Investimentos (Nota 8)	289.478	174.116	Ajuste de avaliação patrimonial	13.938	(3.005)
Imobilizado	82	94	Prejuízos acumulados	(332.087)	(254.348)
Intangível	2	6.040		559.451	540.210
	<u>446.819</u>	<u>481.753</u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>814.855</b>	<b>540.332</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>814.855</b>	<b>540.332</b>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DOS RESULTADOS ABRANGENTES Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	827.680	(6.254)	(272.598)	548.828
Resultado abrangente do exercício:				
Lucro líquido do exercício - R\$19,89 por lote de mil ações do capital social			16.820	16.820
Ajuste de adoção CPC			1.430	1.430
Ajuste a valor de mercado - Derivativos (Nota 9 (c))		7.994	7.994	7.994
Ajuste de conversão de investidas no exterior (Nota 9 (c))		(4.745)	(4.745)	(4.745)
Total resultado abrangente do exercício		3.249	18.250	21.499
Transações de capital com os sócios:				
Redução de capital (Nota 1)	(90.117)			(90.117)
Aumento de capital (Nota 9 (a))	60.000			60.000
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	797.563	(3.005)	(254.348)	540.210
Resultado abrangente do exercício:				
Prejuízo do exercício - (R\$66,68) por lote de mil ações do capital social			(71.161)	(71.161)
Variação no percentual de participação de controlada (Nota 8 (iii))			(6.578)	(6.578)
Realização de ajuste de conversão de investidas no exterior (Nota 9 (c))		(2.300)	(2.300)	(2.300)
Ajuste a valor de mercado - Derivativos (Nota 9 (c))		(1.238)	(1.238)	(1.238)
Ajuste de conversão de investidas no exterior (Nota 9 (c))		20.481	20.481	20.481
Total resultado abrangente do exercício		16.943	(77.739)	(60.796)
Transações de capital com os sócios:				
Redução de capital (Nota 1)	(34.433)			(34.433)
Aumento de capital (Nota 9 (a))	114.470			114.470
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	877.600	13.938	(332.087)	559.451

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afonso Celso Florentino de Oliveira - Contador - CRC MG - 071304/O-7 S-RJ - CPF: 874.220.506-91

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1 Contexto operacional

A Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("OPI") ou ("Companhia") foi constituída em 28 de julho de 2005 e tem como objeto social: a exploração, no Brasil ou no exterior, direta ou indireta, dos negócios de concessões de obras e serviços públicos no âmbito das rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, saneamento básico, tratamento e abastecimento de água, esgotamento sanitário, além de outras atividades relacionadas à infraestrutura, serviços públicos e meio ambiente; a prestação de serviços de assessoria técnica relacionados aos negócios mencionados anteriormente; o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, inclusive importação e exportação; a intermediação e comercialização das propriedades de mídia desses negócios; e a participação no capital social de outras sociedades empresariais.

A Companhia, por meio de suas controladas, desenvolve atividades empresariais no segmento de infraestrutura, que abrangem operações no Brasil, Peru, Panamá, Estados Unidos da América e Colômbia.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht ("Organização"), controlada pela Odebrecht S.A. ("ODB").

Em 2 de agosto de 2010, os acionistas aprovaram a alteração do tipo societário, de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações, mantendo-se inalteradas as sócias, o patrimônio e o capital social da Companhia. O capital da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é composto por 1.067.159.162 (2010 - 845.453.845) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas em substituição às quotas anteriormente detidas, na proporção de uma ação ordinária para cada quota que detinham anteriormente (Nota 9).

Além disso, na mesma data, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Odebrecht Investimentos em Infra-estrutura Ltda. para Odebrecht Participações e Investimentos S.A.

Por último, as controladas Concessionária Trásvase Olmos S.A. ("Olmos"), Concessionária Ruta Del Sol S.A.S. ("Ruta Del Sol"), Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A. ("Arena Pernambuco") e H2Olmos S.A. ("H2Olmos"), além das controladas em conjunto Madeira Energia S.A. ("MESA") e sua controlada Santo Antonio Energia S.A. ("SAESA"), Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("FNP") e Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA"), estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento dos projetos para construção dos ativos das suas concessões, os quais, em 31 de dezembro de 2011 totalizavam R\$ 3.469.245 (consolidado). A realização dos ativos financeiros, imobilizados e intangíveis dessas investidas constituídos pelos referidos gastos, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela administração das referidas investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações a partir da entrada em operação. O montante de ativos apresentado está registrado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

### Reestruturação societária

Em 22 de junho de 2010, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 75.915 com cancelamento de 75.914.760 quotas em devolução ao acionista ODB, mediante a versão de 100% da participação detida pela companhia na Odebrecht Transport Participações S.A. ("OTPP"), avaliada a valor contábil na data base de 31 de maio de 2010.

Em 17 de agosto de 2010, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 14.202 com o cancelamento de 14.201.993 ações ordinárias de emissão da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") e 2.668.448 ações preferências de emissão da Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN") em devolução a acionista ODB, por meio da transferência da totalidade de seu investimento para OTPP, com o valor contábil na data base de 31 de julho de 2010.

Em 19 de janeiro de 2011, a Companhia adquiriu as ações da Solpar Participações S.A. pelo valor contábil de R\$ 9,00 (nove reais), com objetivo de construir, explorar e operar empreendimentos no setor de produção de energia elétrica. O capital social subscrito e integralizado está dividido em 1.000 ações ordinárias. Na mesma data foi alterada a razão social da sociedade de Solpar Participações S.A. para Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. ("CHTP").

Em 26 de outubro de 2011, houve redução de capital social da Companhia no valor de R\$ 34.433 sem o cancelamento de ações da Companhia. Esta redução ocorreu mediante a transferência de ações ordinárias de emissão da Concessionária Rota Bahia Norte S.A. ("Bahia Norte"), da Montgomery Participações S.A. ("Montgomery") e CHTP para a ODB.

Nessa mesma data, a Companhia alienou a totalidade das ações detidas junta à AC Energia S.A. ("Acenergia") e Marañon Energia S.A. ("Marañon"), representando 99% do capital social de ambas empresas pelo valor contábil de R\$ 28 para a Odebrecht Energia del Peru S.A. ("OEP") (Nota 8 (ii)).

Em 22 de novembro de 2011, a Companhia alienou a totalidade das ações detidas junto à Empresa de Generación Huallaga S.A. ("Huallaga"), pelo valor contábil de R\$ 28.048 para a OEP (Nota 8 (iii)).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 2 de março de 2012.

### 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referente as provisões, impostos e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em razão das estimativas.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs").

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais demonstrações apresentadas em separado dessas demonstrações financeiras foram examinadas pelos auditores independentes que emitiram seu relatório sem modificações, contendo parágrafo de ênfase com relação dos ativos concessivos em formação de suas controladas e controladas em conjunto, com data de 2 de março de 2012 e estão disponíveis na sede da Companhia. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

### 2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de risco insignificante, de vencimentos originais de três meses ou menos e com prazo líquido de maturação de valor.

### 2.3 Conversão de moedas

#### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

#### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro, líquido".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

### 2.4 Ativos financeiros

#### 2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**  
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante, independente do seu vencimento.

#### (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses a partir do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes" e "Outros ativos".

#### 2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação (data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo). Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

### Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010
<b>Operações continuadas</b>		
<b>Despesas operacionais</b>		
Gerais e administrativas (Nota 10)	(1.843)	(12.134)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.922)	2.654
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(4.765)</b>	<b>(9.480)</b>
<b>Resultado de participações societárias (Nota 8)</b>	<b>(63.562)</b>	<b>20.421</b>
<b>Resultado financeiro, líquido (Nota 11)</b>	<b>(2.503)</b>	<b>8.142</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(70.830)</b>	<b>19.083</b>
Imposto de renda e contribuição social	(331)	(2.263)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(71.161)</b>	<b>(6.820)</b>
Lucro líquido (prejuízo) por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	(0,07)	0,02

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

### Em milhares de reais

	2011	2010
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(70.830)</b>	<b>19.083</b>
<b>Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício:</b>		
Depreciação e amortização	13	15
Resultado de participações societárias	63.562	(20.421)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	5.764	
Outros ajustes	(2.600)	20
	<u>(4.091)</u>	<u>(1.303)</u>

Variações nos ativos e passivos:

Tributos a recuperar	(169)	(11.747)
Despesas antecipadas		(3.741)
Outros ativos	(1)	(892)
Fornecedores e subempreiteiros	2	
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	7	(20)
Outros passivos		(2.681)

**Caixa líquido aplicado nas operações**

Juros pagos (4.252) (20.384)

**Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais** (6.789) (20.384)

**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**

Dividendos recebidos 29.580

Adições ao investimento (237.832) (177.735)

Adições ao intangível (3.925)

Adiantamento para futuro aumento de capital (28.231) (8.189)

**Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** (236.483) (189.849)

**Fluxo de caixa das atividades de financiamentos**

Dívidas de curto e longo prazo, líquidas

Captações 225.301

Partes relacionadas

Recursos liberados (469.422) (386.954)

Recursos recebidos 487.702 540.887

Aumento de capital social 56.537

**Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos** 243.581 210.470

**Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos** 309 237

**Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** 21.434 21.197

**Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** 21.743 21.434

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são, substancialmente, similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) (Nota 2.13).

### 2.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzido da provisão para crédito de realização duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidos ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, quando necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante.

### 2.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda, quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda (Nota 6).

Os passivos relacionados aos ativos não circulantes mantidos para venda, representam as debêntures emitidas pela Companhia (Nota 6).

### 2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço em que a Companhia gera lucro tributável.

### 2.9 Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")

Referente a recursos enviados às investidas para posterior aporte de capital. O AFAC é registrado ao custo, sem acréscimo de encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 34.869 (2010 - R\$ 15.200) corresponde substancialmente ao valor enviado para a controlada direta Arena Pernambuco no valor de R\$ 28.231 e Concessionária Porto Novo S.A. ("Porto Novo") no valor de R\$ 6.638.

### 2.10 Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas (sociedades nas quais a Companhia tem influência significativa na administração) são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Influência significativa é considerada, normalmente, quando a participação direta ou indireta representa vinte por cento (20%) ou mais do capital votante da investida. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas no exterior, as variações no valor do investimento, decorrentes exclusivamente de variação cambial, são apresentadas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido da Companhia, mensurados conforme descrito na Nota 2.3.

Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

**2.11 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

**2.12 Ativos intangíveis - Software**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada no prazo máximo de até cinco anos.

**2.13 Impairment de ativos financeiros e não financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo do ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Paras os exercícios findos em 31 de dezembro 2011 e de 2010, não foram identificadas pela Companhia, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

**2.14 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor for estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões relacionadas às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.15 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**2.16 Debêntures**

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**2.17 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço.

**3 Gestão de risco financeiro****3.1 Fatores de risco financeiro**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

**(a) Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a debêntures captadas no mercado.

A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados, diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados.

**(b) Exposição a riscos de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de riscos de crédito correspondem, principalmente, às contas correntes bancárias, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos, expostas ao risco da instituição financeira.

Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém operações apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem "ratings" fornecidos por agência internacionais como Fitch Rating, Standard & Poor's e Moody's Investor e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

**3.2 Gestão de capital**

A Companhia demonstra a seguir o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do valor de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não apresentou saldo de Financiamentos e Debêntures, desta forma, não é aplicável a análise do índice de alavancagem financeira para o exercício.

	<b>2011</b>
Total das debêntures (Passivo mantido para venda (Nota 6 (b)))	<del>225.273</del>
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(21.743)
Dívida líquida	<del>203.530</del>
Total do patrimônio líquido	<del>559.451</del>
Total do capital	<del>762.921</del>
Índice de alavancagem financeira - %	<del>27</del>

**4 Instrumentos financeiros por categoria**

	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	21.743	21.434
Contas a receber de clientes e outros ativos	5.815	6.059
	<del>27.558</del>	<del>27.493</del>

	<b>Outros passivos financeiros</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Debêntures	225.273	
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	111	108
	<del>225.384</del>	<del>108</del>
<b>5 Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Caixa e bancos	162	429
Aplicações financeiras	21.581	21.005
	<del>21.743</del>	<del>21.434</del>

As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo (inferior a 90 dias), de alta liquidez a preços e taxas de mercado e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data do balanço.

**6 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
CRA (i)	30.149	
MESA (ii)	300.010	26.195
	<del>330.159</del>	<del>26.195</del>

(i) Em 6 de setembro de 2011, a Companhia iniciou o processo de aprovação, junto ao Estado de Pernambuco, por intermédio da SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (Poder Concedente), referente à transferência da totalidade das ações detidas pela Companhia para a estrutura da OTPP. A expectativa da administração é que a reorganização societária esteja concluída até dezembro de 2012.

(ii) Em 6 de dezembro de 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") emitiu a resolução de nº 3.227, autorizando a transferência da totalidade das ações detidas pela Companhia para a estrutura da Odebrecht Energia do Brasil S.A. ("OEB"). A transação foi concluída em 31 de janeiro de 2012.

(a) Itens do grupo de ativos mantidos para venda:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Investimentos (Nota 8 (ii))	<del>321.533</del>	17.568
Outros ativos	8.626	8.627
	<del>330.159</del>	<del>26.195</del>

(b) Passivos relacionados aos ativos classificados como mantidos para venda:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Debêntures (i)	<del>225.273</del>	<del>225.273</del>

(i) Em 3 de outubro de 2011, a Companhia emitiu 311.430.704 debêntures não conversíveis em ações com vencimento final em 15 de setembro de 2031, com pagamentos semestrais, carência em 2014 e remuneração de TJLP + juros de 0,15% a.a., tendo o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA") como debenturista e MESA e SAESA como intervenientes.

(c) Receita ou despesa cumulativa reconhecida diretamente no patrimônio líquido, relacionada com o grupo de ativos mantidos para venda:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Ajustes a valor de mercado - Derivativos (Nota 9 (c))	<del>1.296</del>	<del>7.994</del>
	<del>1.296</del>	<del>7.994</del>

**7 Sociedades da Organização Odebrecht**

	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Resultado financeiro</b>
ODB (i)	<del>111.659</del>		
Companhia Rota dos Coqueiros (ii)	10.485		344
Outros		30.000	283
Em 31 de dezembro de 2011	<del>122.144</del>	<del>30.000</del>	<del>627</del>
Em 31 de dezembro de 2010	<del>206.900</del>		<del>3.670</del>

(i) Os saldos mantidos com a controladora ODB e demais sociedades da Organização estão regidos pelo instrumento contratual "Contrato de conta corrente e gestão única de caixa", firmado entre as empresas da referida Organização. A natureza das operações é de repasses de recursos, cessões de créditos e assunções de obrigações.

(ii) Refere-se a operação de mútuo, corrigida pela variação de 115% do CDI.

**8 Investimentos****(i) Informações sobre as controladas e controladas em conjunto**

	<b>Quantidade de quotas ou ações possuídas</b>	<b>Participação direta (%)</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Concessionária Interoceânica Sur-Tramo 2 ("IIRSA 2")	4.534.819	4.534.819	45,00	45,00
Concessionária Interoceânica Sur-Tramo 3 ("IIRSA 3")	7.016.250	7.016.250	45,00	45,00
Concessionária IIRSA Norte S.A. ("IIRSA NORTE")	9.237.914	9.237.914	53,95	53,95
Odebrecht Peru Inversiones en Infraestructura S.A. ("OPII")	2.760.842	999	99,99	99,99
Concessionária Maden Colon ("MACOL")	10.000	10.000	100,00	100,00
Concessionária Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. ("CENTRAD") (i)	14.725.000	14.725.000	47,50	47,50
H2OLMOS (i)	143.435.717	143.435.717	99,99	99,99
OLMOS (i)	40.420.644	40.420.644	63,68	63,68
Ruta Del Sol (i)	1.736.428.500	1.728.436.500	37,00	37,00
FNP (i)	30.000.000	30.000.000	50,00	50,00
Arena Pernambuco (i)	46.881.600	46.881.600	96,00	96,00
Estaleiro Enseada do Paraguaçu ("Estaleiro Enseada Paraguaçu") (ii)	14.767		50,00	50,00
Arena Fundo de investimento (ii)	1.000		1,00	100.000
Porto Novo (ii)	6.597.086		37,50	18.663
Apollus GmbH ("Apollus") (ii)	3.000		100,00	92.931
Bahia Norte (iii)		35.000.000	50,00	60.045
Acenergia (iv)		999	99,90	1
Marañón (iv)		999	99,90	1
Huallaga (iv)		1.296	86,40	9

(i) Investimentos em fase pré-operacional.

(ii) Investimentos adquiridos/ constituídos no exercício de 2011 (Nota 1).

(iii) Investimento transferido para outra entidade da Organização no exercício de 2011 (Nota 1).

(iv) Investimentos alienados para OEP no exercício de 2011 (Nota 1).

**(ii) Movimentação dos investimentos**

	<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>Adição</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 9)</b>	<b>Cisão/alienação</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Variação cambial (Nota 9)</b>	<b>Saldo no final do exercício</b>
<b>Investimentos</b>								
IIRSA 2	35.272		724			(24.218)	1.004	12.782
IIRSA 3	19.181		447			(5.362)	2.298	16.564
IIRSA NORTE	10.838		(493)				1.963	12.308
OLMOS	21.221		(5.289)				2.305	18.237
OPII	269	1.590	(110)				171	1.920
MACOL	6.897		(335)			(7.762)	1.356	156
CENTRAD	1.746		(1.432)					314
H2OLMOS	3.358	12.639	(1.086)				5.130	20.041
Huallaga	8	23.911	788		(27.028)		2.321	3.929
Ruta Del Sol	15.878		5.685					52.090
FNP	1.659	10.086	2.621			(250)		14.116
Arena Pernambuco	3.212	15.200	2.363					20.775
Bahia Norte	30.022		(10.578)		(19.444)			
Acenergia	1		14		(17)		2	
Marañón	1		8		(11)		2	
Montgomery	22.032	104	(8.965)		(13.171)			
Estaleiro Enseada Paraguaçu	2.521	12.246	(2.432)					12.335
Porto Novo		14.908						14.908
Arena Fundo de Investimento		1						1
Apollus		92.931						92.931
Subtotal	<del>174.116</del>	<del>210.214</del>	<del>(18.070)</del>		<del>(59.671)</del>	<del>(37.592)</del>	<del>20.481</del>	<del>289.478</del>
<b>Ativos não circulantes (i)</b>								
MESA	17.568	320.695	(45.641)	(1.238)				291.384
CRA		30.000	149					30.149
Subtotal	<del>17.568</del>	<del>350.695</del>	<del>(45.492)</del>	<del>(1.238)</del>				<del>321.533</del>
<b>Total - em 2011</b>	<del>191.684</del>	<del>560.909</del>	<del>(63.562)</del>	<del>(1.238)</del>	<del>(59.671)</del>	<del>(37.592)</del>	<del>20.481</del>	<del>611.011</del>
<b>Total - em 2010</b>	<del>161.398</del>	<del>116.678</del>	<del>20.421</del>	<del>7.994</del>	<del>(112.262)</del>		<del>(4.745)</del>	<del>191.664</del>

(i) Investimentos reclassificados para a conta "Ativos não circulantes mantidos para venda" (Nota 6).

**(iii) Outras informações relevantes sobre os investimentos:**

(a) IIRSA 2, IIRSA 3 e IIRSA NORTE - Em 3 e 4 de abril de 2006, a OPI adquiriu da CNO, a valor patrimonial, a IIRSA 2 no valor de R\$ 2.806, a IIRSA 3 no valor de R\$ 4.446, e a IIRSA NORTE no valor de R\$ 1.936, as quais têm como objetivo a exploração da concessão para construção, conservação

3,6% de participação dos minoritários, passando a ter 100% de participação da Huallaga, pelo valor de R\$ 6.549 (US\$ 3.934 mil). Devido ao patrimônio líquido negativo da investida, a diferença de R\$ 6.552 entre a contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada, foi registrada no patrimônio líquido da OPI.

Em 2 de maio de 2011, a Companhia efetuou aumento de capital nessa investida no valor de R\$ 23.911 (US\$ 15.000 mil) em moeda corrente.

Em 22 de novembro de 2011, foi alienada, a valor de mercado, a totalidade das ações detidas junto à Huallaga para a OEP.

**(h) Ruta del Sol** – Tem por objetivo executar as obras necessárias para construção, ampliação e melhoria da rodovia, correspondente ao setor 2 (Puerto Salgar a San Roque) e direito de explorar todos os bens da concessão. Em 14 de janeiro de 2011, a Companhia efetuou o aumento de capital no valor de R\$ 26.598, em moeda corrente.

**(i) MESA** - Constituída em 29 de agosto de 2007. Tem por objetivo a construção, operação, manutenção e exploração da hidrelétrica de Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, em trecho do Rio Madeira no Município de Porto Velho. Em 10 de dezembro de 2007, foi efetuado pela ANEEL o leilão para a concessão da respectiva hidrelétrica, no qual a MESA foi a vencedora.

O custo total da obra está previsto em aproximadamente R\$ 15.871.566 (não auditado), sendo a previsão para término da obra estimado para o ano de 2015. O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

Em 17 de janeiro de 2011, houve aumento no capital social da controlada em conjunto MESA, mediante a emissão de 53.504.000 novas ações ordinárias nominativas, pelo valor de R\$ 53.505.

Em 29 de abril de 2011, houve novo aumento no capital social da investida, mediante a emissão de 88.704.000 novas ações ordinárias nominativas, pelo valor de R\$ 88.704.

Em 18 de julho de 2011, foi aprovado aumento de capital da controlada em conjunto MESA, mediante a emissão de 89.232.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R\$ 89.232.

Em 18 de outubro de 2011, foi aprovado aumento de capital da controlada em conjunto MESA, mediante a emissão de 89.232.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R\$ 89.232.

Em 31 de dezembro de 2011, o investimento na MESA foi reclassificado para a conta "Ativos não circulantes mantidos para venda" mediante autorização de transferência da totalidade das ações detidas pela OPI para a estrutura da OEB, no processo de reorganização societária, o qual será concluído no primeiro trimestre de 2012 (Notas 6 e 12).

**(j) FNP** – Constituída em 11 de janeiro de 2010, com propósito de explorar e administrar em regime de Parceria Público-Privada a prestação de serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção do Estádio da Fonte Nova em Salvador, Bahia.

Em 22 de julho de 2011, a Companhia efetuou aumento de capital nessa investida no valor de R\$ 3.237 em moeda corrente.

Em 05 de agosto de 2011, a Companhia efetuou aumento de capital nessa investida no valor de R\$ 1.329 em moeda corrente.

Em 30 de novembro de 2011, a Companhia efetuou aumento de capital nessa investida no valor de R\$ 1.220 em moeda corrente.

Em 13 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou aumento de capital nessa investida no valor de R\$ 4.300 em moeda corrente.

**(k) Arena Pernambuco** – Constituída em 31 de maio de 2010, com propósito específico de explorar e administrar em regime de Parceria Público-Privada a Arena Multiuso da Copa de 2014 no Estado de Pernambuco.

Em 10 de março de 2011, a Companhia efetuou o aumento de capital no valor de R\$ 15.200 em moeda corrente.

**(l) Bahia Norte** – Constituída em 29 de junho de 2010, com objetivo específico de operação do sistema Rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, 512, 521, 524, 526 e 535, seus acessos, faixas, edificações e terrenos, tudo em conformidade com contrato de concessão, firmado entre Estado da Bahia e Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia ("DERBA").

Em 26 de outubro de 2011, a Companhia efetuou redução de capital social mediante a transferência de ações ordinárias de emissão da Bahia Norte para a ODB (Nota 1).

**(m) Montgomery** - Em 28 de junho de 2010, a Companhia adquiriu cotas de um fundo privado de ações, cujas quotas serão conversíveis em ações da empresa Montgomery, que atua no setor de transportes.

Em 26 de outubro de 2011, a Companhia efetuou redução de capital social mediante a transferência de ações ordinárias de emissão da Montgomery para a ODB (Nota 1).

**(n) Estaleiro Enseada Paraguaçu S.A.** – Em 11 de junho de 2010, foi constituída a Estaleiro Enseada Paraguaçu com objetivo de realizar atividades de engenharia, construção, fabricação e reparos de plataformas marítimas e embarcações especialmente para empresas do setor petrolífero e de gás natural.

Em 18 de outubro de 2011, a Companhia efetuou aumento de capital nessa investida no valor de R\$ 1.157.

Em 24 de outubro de 2011, a Companhia efetuou aumento de capital nessa investida no valor de R\$ 6.089 em moeda corrente.

Em 21 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou aumento de capital nessa investida no valor de R\$ 5.000 em moeda corrente.

**(o) Rota do Atlântico** - Em 10 de junho de 2011, foi constituída a CRA com capital subscrito e representado por 60.000.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 60.000. As ações foram subscritas igualmente pelas sócias OPI e Invepar, na proporção da participação de cada acionista.

**(p) Porto Novo** - Em 30 de junho de 2011, a Companhia adquiriu ações da Porto Novo. A investida tem o objetivo de executar obras e prestar serviços, em regime de concessão administrativa, para revitalização, operação e manutenção da Área de Especial Interesse Urbanístico ("AEIU") da região portuária do Rio de Janeiro. O capital social subscrito está dividido em 37.498 ações ordinárias, representando 37,50% do capital social.

**(q) Arena Fundo de Investimento** - Em 14 de dezembro de 2011, foi constituída a Arena Fundo de Investimento, com 1.000.000 de quotas no valor de R\$ 1.000, sendo integralizado R\$ 1 pela Companhia.

**(r) Em 16 de agosto de 2011, a Companhia adquiriu 3.000 ações da Odebrecht E&P Espanha S.L. ("E&P Espanha") pelo valor de R\$ 7. A sociedade tem como objetivo administrar os valores do fundo próprio de entidades não residentes da Espanha.**

Em 29 de novembro de 2011, a OPI adquiriu 100% das ações da empresa Apollus, controladora da Odebrecht E&P GmbH ("OE&P GmbH").

Em 27 de dezembro de 2011, a OPI aportou na E&P Espanha, o valor de R\$ 92.924. Na mesma data, a OPI realizou o aporte do investimento detido E&P Espanha na Apollus no valor de R\$ 92.931, passando a E&P Espanha a ser subsidiária integral da Apollus.

## 9 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 877.600 (2010 - R\$ 797.563), subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 1.067.159.162 (2010 - 845.453.845) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2010, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 60.000, mediante a emissão de 93.688.441 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista ODB, através do conta corrente detido junto à controlada Belgravia Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Belgravia").

Em 20 de dezembro de 2011, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 6.677, mediante a emissão de 11.372.884 novas ações ordinárias pelo valor de emissão de R\$ 0,58706, através de conta corrente mantido com a acionista ODB.

Em 27 de dezembro de 2011, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 92.925, mediante a emissão de 181.387.859 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, através de conta corrente mantido com o acionista ODB.

Em 30 de dezembro de 2011, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 14.868, mediante a emissão de 28.944.574 novas ações ordinárias, através de conta corrente mantido com a acionista ODB.

### (b) Apropriações do lucro

De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo:

#### (i) Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 30% do capital social. Devido à existência de prejuízos acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram constituídas reservas.

## (ii) Dividendos

Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo como base o lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Devido à inexistência de lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram distribuídos dividendos.

## (c) Ajuste de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado do exercício ocorrerá quando da sua efetiva realização.

A variação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está composta por:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	(3.005)	(6.254)
Ajuste a valor de mercado - Derivativos (Nota 8 (ii))	(1.238)	7.994
Realização de variação cambial de investida no exterior (*)	(2.300)	
Variação cambial de investida no exterior (Nota 8 (ii))	20.481	(4.745)
Saldo no final do exercício	13.938	(3.005)

(\*) Realização da variação cambial acumulada de investida no exterior, em conexão com a avaliação dos investimentos no exercício de 2011 (Nota 1).

## 10 Despesas gerais e administrativas

	2011	2010
Prestação de serviços de terceiros	1.374	7.127
Depreciação e amortização	13	15
Seguros	165	66
Taxas e contribuições	131	161
Provisão para <i>impairment</i>		4.689
Outras despesas administrativas	160	76
	1.843	12.134

## 11 Resultado financeiro, líquido

	2011	2010
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualizações monetárias sobre empréstimos	(2.537)	
Juros e correção monetária sobre debêntures	(2.242)	
Juros sobre mútuos		(1.664)
Comissões bancárias	(989)	(1.993)
Imposto sobre operação financeira ("IOF")	(97)	(308)
Variação cambial passiva	(400)	(156)
Outras	(41)	(203)
	(6.306)	(4.324)

## Receitas financeiras

Receita de aplicação financeira	8	8
Atualização monetária do ativo financeiro		20
Juros sobre mútuos	627	5.334
Variação cambial ativa	1.890	7.104
Outras	1.278	
	3.803	12.466
	(2.503)	8.142

## 12 Eventos subsequentes

### (a) Aumento de capital na MESA

Em 18 de janeiro de 2012, foi aprovado o aumento de capital social da MESA mediante a emissão de 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 350.000. As ações foram totalmente subscritas na proporção da participação de cada um dos acionistas no capital social da MESA, totalmente integralizadas no dia 26 de janeiro de 2012.

Nessa mesma ata, foi aprovado o aumento de capital social da controlada SAE, mediante a emissão de 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 350.000, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela MESA no dia 26 de janeiro de 2012.

### (b) Cisão do investimento detido na MESA

Em 31 de janeiro de 2012, foi realizada a cisão do patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ 129.866, o qual foi vertido para a OEB, a valor contábil, empresa controlada indireta da ODB. O acervo líquido cindido consiste em investimentos na MESA com a respectiva universalidade de bens e direitos, materiais e imateriais, que a qualificaram para o exercício regular destas atividades.

## DIRETORIA

Diretor Presidente: **Felipe Montoro Jens** • Diretor: **André Amaro da Silveira** • Diretora: **Mônica Bahia Odebrecht** • Diretor: **Newton Sergio de Souza**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Odebrecht Participações e Investimentos S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odebrecht Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, as controladas Concessionária Travase Olmos S.A., Concessionária Ruta Del Sol S.A.S., Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A. e H2Olmos S.A., além das controladas em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada Santo Antonio Energia S.A., Fonte Nova Negócios e Participações S.A. e Concessionária Rota do Atlântico S.A., estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento dos projetos para construção dos ativos das suas concessões, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela administração das referidas investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização dos ativos das concessões dessas investidas, que em 31 de dezembro de 2011 totalizavam R\$ 3.469.245 mil (consolidado), de acordo com as expectativas da administração das investidas, dar-se-á a partir do início das suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras, a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as apresentou em separado dessas demonstrações financeiras individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, contendo parágrafo de ênfase com relação ao assunto descrito acima, com data de 2 de março de 2012. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Salvador, 2 de março de 2012



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Felipe Edmond Ayoub  
Contador  
CRC 1SP187402/O-4 "S" RJ